

Conversão da dívida volta ainda este ano

CLÁUDIO LESSA
Correspondente

Washington — A ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, anunciou em Washington — para os participantes de um seminário para executivos, realizado no Departamento de Estado — que o Brasil, ainda este ano, vai dar início à conversão da dívida externa. Segundo a ministra, a conversão deverá render 7 bilhões de dólares este ano e não deverá ter caráter inflacionário, pois será compensada pela queda do índice de inflação, verificado a partir do programa de ajustamento posto em prática no dia 16 de março deste ano.

O discurso da ministra da economia foi feito durante a 21ª Conferência em Washington para Executivos de Corporações, uma promoção anual conjunta do Conselho das Américas, presidido pelo embaixador George Landau, e pelo Americas Society, cujo presidente é David Rockefeller.

Durante 45 minutos, a ministra fez seu pronunciamento, explicando o processo seguido pela economia brasileira, para uma platéia que ouviu conferencistas como Carla Hills, chefe do escritório do Representante Comercial dos EUA (USTR), Roberto Mosbacher, secretário do Comércio dos EUA, e o presidente do Banco Central Americano, Alan Greenspan.

Zélia reiterou que o “Brasil está efetuando mudanças estruturais drásticas e definitivas, que não queremos transformar num movimento de introspecção”. Ela deixou claro também que “a resposta externa a essas mudanças é crucial para o êxito de nosso processo modernizador”.

Ao anunciar o programa de privatização, Zélia Cardoso de Mello declarou que ele “trará às contas nacionais, em 1990, aporte da ordem de 2,2 por cento do PIB”. Ela declarou que há poucos dias foram fixadas as diretrizes básicas do plano, e que foram designadas as primeiras seis estatais a serem transferidas ao controle privado.

A ministra chamou atenção para o fato de que algumas, “como a Usiminas e a Siderúrgica de Tubarão, encontram-se em excelente estado financeiro; outras serão proximamente submetidas a um processo de saneamento patrimonial prévio à sua alienação. “Depois de dizer que o Governo está acertando com o Banco Interamericano de Desenvolvimento empréstimos para a modernização tecnológica para empresas privatizadas, Zélia enfatizou que “o que se pretende não é que o Estado brasileiro se desfaça de empresas deficitárias ou ineficientes, mas sim que se retire de atividades que, por sua própria natureza, não devem pertencer à sua área de ação”.

“Em 1990, serão arrecadados com o programa 7 bilhões de dólares. O programa estará aberto ao investidor estrangeiro, inclusive, mediante conversão da dívida externa”, declarou a ministra da Economia.

OLHO NO OLHO

Logo em seguida, ela respondeu a quatro perguntas feitas pelos participantes da conferência, que não foi aberta à imprensa.

Segundo afirmou um diplomata brasileiro que esteve presente no recinto da conferência e fez um relato posterior aos repórteres, quando a ministra foi perguntada sobre a possibilidade de a conversão da dívida ter um impacto inflacionário sobre a economia brasileira, a resposta foi negativa, pois isso seria compensado “economicamente pela redução da inflação”.

Ainda ao falar sobre privatização, Zélia teria procurado esclarecer que “está se falando em privatização de empresas públicas mas quando se fala em investimentos estrangeiros tem que se pensar também em investimentos novos no Brasil — isto é, em áreas que até agora eram públicas, mas que recentemente passarão a comportar também investimentos estrangeiros”.

O mesmo diplomata contou que outra pergunta fez referência a uma notícia publicada “discretamente” pelos jornais americanos, a respeito do congelamento da remessa de dividendos e lucros que já se encontravam no Banco Central quando eclodiu o pacote de ajustamento. Na pergunta, o interlocutor não identificado pelo diplomata quis saber se isto não seria mais um fator de “assustar o capital que o Brasil quer atrair”. Zélia, que segundo ele, “se torna outra pessoa quando fala inglês”, teria declarado que “não poderia dar às empresas estrangeiras um tratamento diferente do tratamento dado aos agentes econômicos brasileiros, então, não podia deixar de congelar, se congelou para todo mundo”.

Zélia teria explicado também que essa medida foi provocada por um período imediatamente anterior ao plano — e ao novo governo — em que houve um movimento atípico de remessa de lucros e dividendos, que no fundo é uma fuga de capitais — o que demonstrou por parte da comunidade empresarial estrangeira no Brasil uma falta de confiança no novo governo. “Ela deu o troco direitinho”, comentou o diplomata.

Zélia foi questionada também a respeito da multiplicidade dos índices que medem a inflação no Brasil, objeto de uma extensa matéria publicada na edição de domingo do jornal *The New York Times*. Segundo o diplomata, a ministra “deu a explicação econômica, de que o índice da Fipe — que é o índice que o Governo está observando, apesar de não ser um índice oficial, pois o Governo não tem mais um índice oficial — é o que tem a metodologia mais condizente com os planos do Governo, pois toma a inflação de ponta a ponta, e não a inflação que os outros institutos tomaram, que incorporam a inflação pretérita, do Cruzado Novo, etc.”.

Zélia disse que o cronograma para a renegociação da dívida externa vai ser seguido. “Não há nenhuma modificação”, afirmou. Quanto aos encontros com os credores em Nova Iorque, no Hotel Intercontinental, Zélia garantiu apenas que “serão bons encontros”, e que a idéia por trás destes contatos é a de “explicar o Brasil para eles. Nessa primeira vez, é importante conversar olho no olho”.